




## Apontamentos sobre a relação entre Agroecologia e escola do campo no contexto da pandemia de Covid-19

 Gabriela Furlan Carcaioli<sup>1</sup>,  Marília Carla de Mello Gaia<sup>2</sup>,  Roberto Antônio Finatto<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Departamento de Educação do Campo, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis – SC, Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. <sup>3</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Autor para correspondência/Author for correspondence: [gabriela.carcaioli@ufsc.br](mailto:gabriela.carcaioli@ufsc.br)

**RESUMO.** Este texto tem por objetivo sistematizar algumas reflexões com base na materialidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas, em diferentes territórios no Brasil, sobre a relação entre a Agroecologia e a escola do campo no contexto da pandemia de Covid-19. A análise toma como base os anos de 2020 e 2021 e investiga como as escolas, desde os territórios em que estão inseridas, contribuíram ou podem contribuir na construção de outro sistema agroalimentar a partir dos princípios da Agroecologia. O percurso metodológico envolveu o levantamento e a revisão da literatura sobre o tema e a realização de entrevistas com professoras/es das escolas do campo. Os dados apontam para a importância das escolas na garantia da segurança alimentar de muitas famílias, no desenvolvimento de ações coletivas de solidariedade e na criação de alternativas pedagógicas alicerçadas no entendimento crítico da realidade das/os estudantes, elementos centrais para a construção da Agroecologia.

**Palavras-chave:** agroecologia, escola do campo, educação do campo, pandemia covid-19.

---

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e18520	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



## Notes on the relationship between Agroecology and rural schools in the during the COVID-19 pandemic

**ABSTRACT.** This article aims to organize some thoughts on the materiality of water courses and forests for rural individuals in different Brazilian territories and the relationship between rural schools and Agroecology during the COVID-19 pandemic. The analysis, based on data from 2020 and 2021, investigates how schools and their embeddedness contributed or could contribute to the construction of another agri-food system based on the principles of Agroecology. The methodological framework centered on surveying methods, literature review, and interviews with teachers from rural schools. The data point to the importance of schools in guaranteeing the food security of many families, in collective solidarity actions development, and in the production of pedagogical alternatives based on the critical understanding of the students' reality, which also are central elements for Agroecology practices.

**Keywords:** agroecology, rural school, rural education, covid-19 pandemic.

## Apuntes sobre la relación entre Agroecología y escuela del campo (rural) en el contexto de la pandemia de Covid-19

**RESUMEN.** El objetivo de este texto es el de sistematizar algunas reflexiones basadas en la materialidad de los sujetos del campo, de las aguas y de las florestas, en diferentes territorios de Brasil, sobre la relación entre la escuela del campo (rural) y la Agroecología en el contexto de la pandemia de Covid-19. El análisis tiene como base los años de 2020 y 2021 e investiga cómo las escuelas, desde los territorios en que están insertadas, contribuyeron o pueden contribuir en la construcción de otro sistema agroalimentario a partir de los principios de la Agroecología. El camino metodológico involucró el estudio y la revisión de la literatura sobre el tema y la realización de entrevistas con profesores y profesoras de las escuelas del campo. Los datos apuntan sobre la importancia de las escuelas en la garantía de la seguridad alimentaria de muchas familias, en el desarrollo de acciones colectivas de solidaridad y en la creación de alternativas pedagógicas fundadas en el entendimiento crítico de la realidad de los y las estudiantes, elementos centrales para la construcción de la Agroecología.

**Palabras clave:** agroecología, escuela del campo (rural), educación del campo (rural), pandemia covid-19.

## Introdução

A pandemia de Covid-19 impôs uma nova realidade social para toda a sociedade em nível global. A escola precisou, rapidamente, se adaptar e criar novas formas de ensinar, de se relacionar com as crianças e os adolescentes e de atender demandas nunca antes trabalhadas. Os desafios foram significativos e impactaram profundamente a vida das/os trabalhadoras/es, das famílias, das/os estudantes e das escolas.

Alguns desafios desse período<sup>1</sup> foram: transição abrupta para o ensino remoto; dificuldade de acesso à tecnologia digital, necessitando de aparelhos de melhor qualidade para a disponibilização e acesso às atividades remotas; isolamento social afetando a saúde mental; dificuldade no aprendizado; falta de interação social impactando no desenvolvimento socioemocional das crianças e adolescentes; falta de apoio a estudantes com deficiência; dificuldade na avaliação do desempenho escolar; falta de recursos financeiros para gerir as escolas; dificuldade nas famílias das/os estudantes, das/os professoras/es em equilibrar o trabalho remoto com a vida pessoal; o aumento da desigualdade social e a insegurança sanitária.

A luta da Educação do Campo se dá por educação digna para as famílias dos povos do campo, das águas e das florestas, mas está totalmente engendrada nas lutas que esses próprios sujeitos coletivos travam por terra, alimentação, saúde, cultura, trabalho, legitimação de conhecimentos e saberes, infraestrutura adequada para moradia e estudo, entre outras. Lutas essas, que também atravessam e constroem os debates da Agroecologia. Logo, a Agroecologia compõe a concepção de Educação do Campo que esta pesquisa subscreve.

A Agroecologia “se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir das agricultoras e agricultores e de seus processos de experimentação” (Altieri, 2012, p. 16, *flexão de gênero incluída pelos autores*). Por isso, pode-se compreendê-la, também, como uma ciência, construída e reconstruída coletivamente pelos atores sociais que a colocam em suas práticas de estudo sistemático e de cuidado com a natureza. Assim, com base na Agroecologia é possível criar soluções coletivas com os sujeitos da classe trabalhadora para a “transformação radical das condições de vida da humanidade” (Caldart, 2016, p. 1).

A Agroecologia, quando intencionada na prática pedagógica das escolas do campo, constitui-se como um solo fértil para desenvolver novas relações humanas, de trabalho e de cuidado com a vida nas suas diversas expressões. Dessa forma, a partir dessa relação entre

Agroecologia e escola do campo, a busca pela emancipação social em compromisso com a humanidade e com seu futuro, deve relacionar os conhecimentos escolares e a dinâmica escolar com as pautas de lutas em defesa da vida, da saúde e do ambiente. Para isso, a prática pressupõe diálogo entre os conhecimentos populares e os conhecimentos científicos, “com necessária relação entre teoria e prática, instigando a investigação sobre a realidade imediata em conexão com a totalidade social” (Dias et al., 2021, p. 20).

Esta pesquisa emerge dessas necessárias relações, buscando relacionar aspectos da situação conjuntural da pandemia com aspectos estruturais e históricos das condições de vida e educação dos povos do campo, das águas e das florestas. Este texto, que integra os resultados de uma pesquisa mais ampla<sup>ii</sup>, tem o objetivo de sistematizar alguns apontamentos sobre a relação entre a Agroecologia e a escola do campo no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil.

O método se ampara nos princípios do Materialismo Histórico e Dialético, onde, a partir da realidade concreta se estabelecem relações de modo a compreender as contradições no movimento da totalidade da qual estes sujeitos são parte. O levantamento de dados incluiu a revisão bibliográfica e a realização de entrevistas com base em roteiros semiestruturados com professoras/es das escolas do campo<sup>iii</sup>. Trata-se de entrevistas realizadas durante o ano de 2021, de forma remota, com 19 professoras/es das cinco regiões do Brasil. As/os entrevistadas/os trabalhavam, durante a pandemia, em escolas localizadas em acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, terras indígenas, áreas ribeirinhas, comunidades de agricultura camponesa e áreas urbanas.

O texto foi estruturado em duas seções principais: inicialmente, são apresentados alguns elementos determinantes sobre o movimento do capital no campo brasileiro e como a Agroecologia contribui para a transformação do sistema agroalimentar; na sequência, são apresentadas e problematizadas ações e iniciativas postas em marcha nas escolas do campo durante a pandemia de Covid-19 que coadunam com a perspectiva de transformação proposta pela Agroecologia. Assim, os trechos das entrevistas utilizados no artigo servem para referendar a materialização das expressões do capitalismo no campo, bem como dar visibilidade para as resistências produzidas desde os territórios e as escolas.

## **Reflexões sobre o movimento do capital no campo brasileiro e a transformação do sistema agroalimentar pela Agroecologia**

No campo e na cidade, conforme Marques-Filho (2018, p.14), o "ciclo histórico de relativo sucesso material e ideológico do capitalismo no século XX pertence a um mundo que se foi", resultando, na medida que avançamos no século XXI, em acúmulo apenas para um segmento muito específico e, sobretudo, em colapso ambiental. Tal colapso se materializa na diminuição e degradação das florestas e ecossistemas, nos impactos negativos à biodiversidade terrestre e aquática, na contaminação dos solos e águas, nas mudanças climáticas com secas e inundações históricas, no aumento da insegurança alimentar da população mundial, na incontornável intoxicação ambiental pelos processos industriais, entre outras manifestações (Marques-Filho, 2018).

Nesse sentido, uma análise histórica sobre o campo brasileiro, tanto no aspecto produtivo quanto educacional, mostra que a população que ali vive sofreu e ainda sofre várias restrições que, no limite, resultaram na expropriação dos seus territórios e nas expressões do racismo ambiental. Os territórios dos povos do campo, das águas e das florestas se constituíram e seguem sendo objetos da acumulação primitiva (Marx, 2015) e da acumulação por espoliação (Harvey, 2006), estando obstinadamente voltados para a produção de capital.

Notadamente, no que se refere às transformações mais profundas na base técnica da agropecuária, adotamos como marco a segunda metade do século XX. É nesse período em que se estabelece, por meio dos esforços do Estado brasileiro, a artificialização do processo produtivo e a formação dos complexos agroindustriais. O uso de máquinas agrícolas e fertilizantes químicos abrem caminho para, nas décadas seguintes, a consolidação do agronegócio – produção em larga escala, concentração fundiária, exploração do trabalho, forte integração ao mercado, uso de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos.

Sob o lema do “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo!”, as corporações, ao estenderem seus tentáculos sobre a mídia, os acordos econômicos e o congresso nacional, lucram com a destruição ambiental e deixam o ônus ambiental, social e econômico para as populações tradicionais (Santos & Glass, 2018; Mitidiero Junior & Goldfarb, 2021). Marx (2015, p. 703) já alertava sobre o impacto da agricultura capitalista ao afirmar que:

todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. ... Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

No atual momento da história, entre os vários impactos decorrentes desse modelo produtivo, destacamos o surgimento de novas cepas de patógenos que ameaçam a vida humana, a exemplo do Sars-CoV-2. A monocultura de capital intensivo criou um ambiente favorável para o surgimento de diferentes patógenos ao promover o desmatamento, o confinamento de animais, o uso de antibióticos, a redução de espécies, a padronização e a artificialização da produção (Alentejano, 2020; Wallace, 2020; Altieri & Nicholls, 2021). Ao analisar as origens de um conjunto de doenças infecciosas, Wallace (2020, p.528) assevera que “as redes de relações ecossistêmicas que o capital e o poder estatal manipulam em proveito próprio foram fundamentais para o surgimento e a evolução dessas novas cepas”.

Sem dúvida, a aceleração de transbordamento de patógenos do meio silvestre para o urbano (e também para o campo), como apontam algumas das discussões relativas à pandemia de Covid-19, corrobora para expressar essa compreensão da relação intrínseca das mudanças na paisagem e ecossistemas, conduzidas pelo capital, com as mudanças na vida selvagem, na produção agropecuária e na saúde humana (Wallace, 2020).

Neste contexto, cabe a indicação de Marques-Filho (2018, p.15) quando afirma que "a curva da relação custo ambiental/benefício econômico do capitalismo entrou irreversivelmente em fase negativa porque a conta ambiental do crescimento econômico vai se tornando impagável não já para a próxima geração, mas para a geração de crianças e jovens de nossos dias".

Com a agricultura capitalista, o campo passou a ser um espaço de produção de mercadorias, em especial de *commodities*, com destaque para a soja, o milho, a carne, a madeira (*pinus* e eucalipto) e a cana de açúcar. Essa realidade está materializada nas comunidades das escolas participantes desta pesquisa. De acordo com um entrevistado: “...foi se perdendo essa questão da agricultura de fato, de plantar comida, eu diria. A pequena agricultura de produção de alimentos” (LRF<sup>iv</sup>, 2021).

O mesmo entrevistado destaca outros dois processos presentes no campo brasileiro que, por sua vez, revelam a articulação das empresas monopolistas no comando da produção agropecuária e florestal: “...o nosso município, 65%, hoje, é coberto por *pinus*, dessas próprias

madeireiras. Eu diria que 80%, 90% é da própria empresa e o resto é arrendado por pequenas famílias, pequenos produtores.” (LRF, 2021).

Oliveira (2015) denomina esses processos de territorialização dos monopólios e de monopolização do território. A territorialização do monopólio ocorre por meio do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo e da industrialização dos produtos pelas empresas. Já na monopolização do território, as empresas não produzem diretamente no campo, mas controlam, pelo uso de diferentes mecanismos econômicos, a produção camponesa.

A territorialização do capital tem criado entraves para a permanência dos povos do campo, das águas e das florestas em seus territórios. Em muitos casos, os sujeitos precisam conjugar diferentes atividades para a sobrevivência e a permanência no campo. Essa situação apareceu em várias das entrevistas realizadas. Exemplifica-se com dois relatos, o primeiro do estado do Mato Grosso e, o outro, do Rio Grande do Sul:

Boa parte dessas famílias, elas trabalham nas fazendas vizinhas pra ter a renda, então, assim, acaba que elas não vivem só do sítio. Acabam tendo que trabalhar fora, às vezes, moram na cidade e vem final de semana, ou a família fica e alguém da família vai trabalhar na cidade pra ficar permanecendo no sítio. (CRP, 2021)

Durante esse tempo, também, os nossos educandos foram para esse caminho da reorganização familiar e do trabalho mesmo, quem trabalha no campo, nós temos um número grande que trabalha, mora também no assentamento, mas trabalha na agricultura, mas nem sempre com os pais, faz bicos para fora para ganhar uns trocos ou trabalha em outra forma. (SAR, 2021)

A existência do trabalho acessório, como uma característica histórica do campesinato brasileiro (Oliveira, 2001), pode ser considerada uma estratégia para a geração de renda suficiente a fim de garantir a permanência desses sujeitos em seus territórios.

Desta forma, estes exemplos corroboram ao indicado por Jesus (2005) sobre uma agropecuária que tem como pilares tecnológicos fundamentais os padrões agroquímicos, da motomecanização e da manipulação genética. Pilares estes, que padronizam os cultivos e criações, não priorizam a produção de alimentos, e, além dos impactos à saúde do ambiente e das pessoas, respondem aos interesses da indústria e da exportação e promovem a exploração do trabalho e a expulsão das/os trabalhadora/os do campo.

Além disso, o atual sistema agroalimentar global, fortemente dependente das exportações-importações, torna-se frágil diante das restrições de circulação e atividades



comerciais impostas pela pandemia. A situação de insegurança alimentar da população, principalmente da parcela mais empobrecida, é assim agravada pela impossibilidade de acesso aos alimentos (Altieri & Nicholls, 2021).

O agravamento da insegurança alimentar da população brasileira, atrelado à crise do capital vivenciada desde 2008 e aprofundada pela emergência sanitária da pandemia de Covid-19, pode ser evidenciado a partir dos dados apresentados pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) nas duas versões do Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (Vigisan, 2021; Vigisan, 2022).

Segundo os relatórios, a insegurança alimentar grave afetou 9% da população em 2020 e 15,5% da população em 2022, ou seja, em 2022, existiam, pelo menos, 33 milhões de brasileiras/os com privação no consumo de alimentos e em situação de fome. Já 55,2% em 2020 e 58,7% em 2022 foram as porcentagens de domicílios onde as/os habitantes conviviam com algum nível de insegurança alimentar (leve, moderada e grave), representando um aumento de 54%, se comparado aos índices de 2018. Em números absolutos: 116,8 milhões (2020) e 125,2 milhões (2021-22) de brasileiras/os não tinham acesso pleno e permanente a alimentos, com destaque ao agravamento da situação nas regiões Norte e Nordeste (quatro em cada 10 famílias relataram redução parcial ou severa no consumo de alimentos), entre a população negra (o aumento da fome foi de 70%) e nos domicílios onde a pessoa de referência é uma mulher (6 de cada 10 lares convivem com insegurança alimentar) (Vigisan, 2021; Vigisan, 2022).

Já em relação à população do campo,

a insegurança alimentar está presente em mais de 60% dos domicílios das áreas rurais. Desses, 18,6% das famílias convivem com a fome, valor maior do que a média nacional. A pobreza das populações rurais, associada ao desmonte das políticas de apoio às populações do campo, da floresta e das águas, continua impondo a fome (Vigisan, 2022).

Considerando esse contexto, parece que se chega ao estado em que as forças produtivas, diante do elevado impacto socioambiental promovido, tornam-se forças destrutivas (Marx & Engels, 1998). A dependência ao mercado condiciona a vida no campo, sujeita ao movimento do capital globalizado e aumenta a vulnerabilidade em situação de crise, como a desencadeada pela pandemia de Covid-19.

Harvey (2016, p. 230), ao analisar a contradição produzida pela relação sociedade e natureza diante da complexidade da atual questão ambiental, afirma que “o fluxo monetário é

uma variável ecológica, e a transferência de nutrientes através de um ecossistema também deve constituir um fluxo de valor”. O autor ainda cita um exemplo muito oportuno para a nossa discussão ao escrever que “a capacidade de crescimento de uma planta ... está incorporada no agronegócio em sua busca de lucro, e é o reinvestimento desse lucro que faz a planta crescer de novo no ano seguinte” (Harvey, 2016, p.230).

Esse modelo produtivo calcado na artificialização do processo produtivo é também analisado, enquanto contradição, por Foster (2015). O autor assinala que “no entendimento de Marx sobre a economia capitalista, a correlação de fluxos materiais (relacionados com o valor de uso) e de trabalho (relacionados com o valor de troca) leva a uma intensa contradição entre os imperativos da resiliência ambiental e o crescimento econômico” (Foster, 2015, p.89).

No entendimento de Harvey (2016), a relação metabólica produzida entre o capital e a natureza pode se configurar como uma contradição perigosa ou potencialmente fatal. Enquanto contradição interna poderá tornar-se fatal ao próprio capital, mas não, sem antes, promover crises, conflitos, guerras, fome e produção de mais desigualdades socioespaciais.

Diante desse cenário, criar alternativas na reconstrução da relação sociometabólica com a natureza é fundamental, não como uma correção de curso ou uma reforma no modelo vigente. São necessárias alternativas capazes de produzir mudanças estruturais à superação do modo de produção capitalista.

Na busca por alternativas viáveis, entende-se que a Agroecologia reúne as melhores condições e características para a transformação do sistema agroalimentar. Ana Maria Primavesi, considerada a patrona da Agroecologia no Brasil, falecida em 2020, inicia o livro "Manual do Solo Vivo" (Primavesi, 2016) refletindo que solo deficiente é solo doente e que este pode produzir plantas deficientes, que, por sua vez, fornecem alimentos incompletos. Assim, considerando-se esse ciclo, seres humanos também podem acumular adoecimentos (físicos e mentais) devido à alimentação. Amparada nessa questão, ela inicia a Introdução do livro que tem uma síntese simples, porém, complexa: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio.

Blum e colaboradores (2019) apontam a relação da presença de microrganismos no solo e no intestino humano, indicando uma similaridade funcional e estrutural entre o solo da rizosfera e o intestino humano. Assim, conforme Cardoso (2023), o estilo de vida moderno e o pacote tecnológico da Revolução Verde e as demais expressões do agronegócio contribuem para, além da degradação dos solos, a diminuição da diversidade do microbioma humano.

Destaca-se estes dois exemplos, aparentemente distantes entre si, com objetivo de reconhecer a amplitude e a potencialidade da Agroecologia para além de uma forma “alternativa” de se fazer agricultura. E, assim, concorda-se com Martins et al. (2014, p. 87) quando definem a Agroecologia como “determinadas práticas sociais na relação pessoa-natureza e nas relações socioeconômicas; ela é mais do que conhecimentos úteis ou práticas ou manejos ecológicos na agricultura”.

É preciso olhar para a Agroecologia como uma possibilidade de reorganizar o sistema agroalimentar. Essa perspectiva carrega a potencialidade da transformação e construção de um sistema agrícola e alimentar que não aprofunda as desigualdades econômicas e sociais, a concentração de terras, a condição do alimento-mercadoria e a negação da natureza. Por outro lado, ela aponta as mudanças necessárias, não apenas nos aspectos produtivos da agropecuária, mas também na distribuição e circulação de alimentos saudáveis e justos ao conjunto da população, seja do campo ou da cidade (Machado & Machado-Filho, 2014; Esteve, 2017).

Assim, a alimentação, em uma perspectiva de soberania alimentar, pode ser um meio para a superação do antagonismo campo-cidade e a construção de práticas, experiências e vivências que dialoguem com os interesses da classe trabalhadora em detrimento à ofensiva do capital. Dessa forma, pode-se diminuir a falha metabólica entre o ser humano e a natureza aprofundada pela agricultura capitalista do agronegócio (Foster, 2005).

Portanto, faz-se necessário pensar qual o papel das escolas do campo, da Educação do Campo e da educação da classe trabalhadora para as transformações necessárias e urgentes na sociedade. Busca-se, assim, educação e escola com foco na construção de agroecossistemas biodiversos, abundantes e sustentáveis, como defendido por Gliessman (2005) e Altieri (2012).

### **A relação entre Agroecologia e escola do campo durante a pandemia de Covid-19**

A Educação do Campo faz parte da história da educação brasileira. Ela é a expressão das lutas e da resistência das famílias do campo, das águas e das florestas em permanecer, produzir e (re)existir em seu local de produção da vida. A Educação do Campo, como prática social, nasceu no Brasil na segunda metade da década de 1990 a partir da luta dos sujeitos coletivos, nos movimentos sociais, em busca do direito de acessar e também construir

caminhos para a formulação de uma concepção de educação e de escola que reflita e atenda, de fato, a realidade desses sujeitos.

Entretanto, ela não é uma realidade nova, mas uma síntese de diversas experiências acumuladas historicamente, como aquelas “... das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais” (Caldart, 2012, p. 261). A Educação do Campo principia uma nova forma de fazer o enfrentamento por educação digna, por uma educação *no campo e do campo*<sup>v</sup>.

O processo de enfrentamento ao modelo de produção agropecuária convencional passa, necessariamente, pela escola. É tarefa da escola do campo compreender a totalidade da qual faz parte, problematizá-la e buscar alternativas viáveis para superar os problemas vivenciados pelas famílias nos territórios em que está inserida. Entretanto, não é exclusivamente dela a responsabilidade de colocar em prática as ações necessárias para essa superação, é tarefa coletiva, que precisa ser assumida em conjunto com a comunidade, os sujeitos e as instituições que a constituem.

A compreensão das contradições produzidas pelos diferentes territórios só é possível quando a escola considera a realidade das/os estudantes que atende. Esses sujeitos carregam para dentro da escola as manifestações da vida cotidiana, mesmo quando a escola não trabalha isso do ponto de vista pedagógico. Portanto, é importante atentar-se aos processos, de diferentes naturezas, que marcam a realidade do campo, das águas e das florestas para, com base neles, produzir novos entendimentos dessa realidade.

Essa tarefa é facilitada quando a escola e, sempre que possível, as/os professoras/es que nela atuam possuem vínculo orgânico com a comunidade. Uma das entrevistadas na pesquisa exemplifica esse caso: “Eu faço parte desse assentamento, então, já estava vinculada desde 2007, logo que me vinculei dentro do assentamento como acampada e, depois, como educadora do espaço escolar. Eu tenho uma unidade familiar aqui do lado mesmo, bem pertinho da escola”. (VAF, 2021).

Outra entrevistada, professora de uma escola indígena, também destaca o seu vínculo com o território: “a relação com a comunidade aqui dentro é muito boa, né? Porque como eu falo a língua, a gente usa muito a língua materna, então eles têm mais facilidade de estar em contato comigo. Daí, também, muitas vezes, eu ajudo os professores não indígenas, que não entendem a língua indígena Kaingang”. (EF, 2021). Entretanto, mesmo diante desses fortes

vínculos, neste caso, das educadoras com as comunidades, é preciso construir essa relação do ponto de vista institucional, pois ela não está dada.

No contexto da pandemia, foco desta análise, a existência dessa relação orgânica entre escola-família-comunidade fez muita diferença, pois as escolas passaram a depender diretamente das famílias para o envio e a realização das atividades de ensino. Especialmente nos casos em que ocorreu o envio das atividades impressas às/aos estudantes, o acompanhamento da família adquiriu centralidade no processo de ensino e aprendizagem.

A pandemia impôs nova dinâmica para as escolas do campo, foi necessário buscar alternativas para que a comunidade escolar permanecesse viva e ativa, exercendo os pressupostos da Agroecologia. A Agroecologia não está dada nas escolas do campo, por isso, é também tarefa da comunidade escolar, dentro e fora da escola, comprometer-se com o exercício da transformação do espaço escolar e da continuidade de um projeto alicerçado nas transformações sociais, de forma radical.

Ações nessa direção foram relatadas por Martins, Camargo e Silva (2022) quando a Escola do Campo Municipal Rui Barbosa, em Araucária – Paraná, definiu por trabalhar, durante a pandemia, a Agroecologia como um tema gerador, tendo como referência a realidade das/os estudantes, com o suporte do grupo familiar por meio do diálogo de saberes. Assim, “os saberes populares foram socializados, envolvendo o conhecimento familiar e a sua realidade. O material pedagógico se apresentou como um instrumento de apoio para o desenvolvimento dos conhecimentos científicos sobre as temáticas trabalhadas” (Martins, Camargo & Silva, 2022, p. 311).

Além disso, tendo como base o compromisso com a segurança alimentar das/os estudantes (outro princípio da Agroecologia), algumas escolas desenvolveram, ações de colaboração entre as/os professoras/es e funcionárias/os para que o alimento recebido para a merenda escolar fosse distribuído para as/os estudantes e seus familiares. Uma professora entrevistada relata a situação da sua escola nos seguintes termos: “então, por exemplo, a merenda que vem, a merenda vem normal pra escola e as famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, que tem os filhos matriculados, recebem o kit da merenda. Que seria da merenda da escola.” (VD, 2021)

Além do alimento destinado à merenda escolar, foram realizadas outras doações de alimentos pelas famílias nos diferentes territórios, como relatado por uma professora:

Então, a gente teve, nesse momento de pandemia foi doado cestas, um kit da merenda escolar pras família. Eu falo nós enquanto cooperativa, ... a gente fez bastante distribuição de alimentos, um pouco pras pessoas que tavam aqui. ... Como a gente tem essa questão dos alimentos, a gente fez doação, não só pras família daqui, mas boa parte das famílias na cidade. Doação de alimento da própria horta, da nossa lavoura. (CRP, 2021)

Outra professora relata sobre a produção e a doação de alimentos destinados à preparação de marmitas solidárias:

Nós participamos das atividades que o movimento [MST] está desenvolvendo, ... a gente preparou um canteiro que todos os meses a gente entrega para uma marmita solidária as verduras, o tempero, que vai para a marmita que é uma cozinha comunitária que tem no município de Viamão... E, agora, tem esse coletivo da cooperativa que também tá fazendo a marmita, a gente entrega para um bairro que lá tem uma cozinha comunitária, mas também tem feito algumas aqui para compartilhar muito na solidariedade. (SAR, 2021)

As hortas se constituíram como territórios de resistência tanto no campo quanto na cidade (Lima et al., 2022). No caso da horta escolar, ela é um espaço importante para a produção de alimentos, mas também para o estudo dos conteúdos curriculares, para o exercício do trabalho coletivo e o despertar para uma alimentação saudável. Contudo, diante do distanciamento social imposto pela pandemia, as atividades presenciais foram diretamente impactadas, como relatado por uma entrevistada, ao destacar as dificuldades de seguir o trabalho com a horta diante da ausência das/os estudantes:

A gente intensificou muito [o trabalho] em alguns setores, tipo horta. Ano passado, a gente tava comercializando os produtos da horta, então a atenção se voltou muito pra horta, pomar, muito na intenção mesmo de comercializar e manter alguns setores ativos, assim, né? É muito difícil a manutenção sem os estudantes, porque os estudantes dão vida ao espaço, participam ativamente de todas as atividades e caminham o tempo todo com a gente, né? Então, sem eles algumas atividades não têm muito sentido, assim, não consegue andar. (JHZ, 2021)

A partir das entrevistas apresentadas pode-se perceber a relação da comunidade com a escola do campo, desde a sua conquista até a sua manutenção, sendo a escola parte de um projeto maior, de gestão participativa pelos sujeitos. Esse mesmo entendimento foi explicitado por um professor do Paraná e por uma professora da Bahia. No caso da escola onde ele atua “...se não fosse a organização das famílias, e de certa forma da comunidade, a escola já não existia mais”. (WFA, 2021). Já a professora afirma: “então a gente diz que as comunidades são nosso braço forte, assim, sem a participação direta das famílias, sem a articulação das comunidades a gente perde um pilar que é muito forte, que é de sustentação mesmo”. (JHZ, 2021)

Apesar das dificuldades do período, muitas escolas criaram alternativas para seguir na tarefa de socializar o conhecimento científico e compreender a sua realidade, cultivando valores de solidariedade e cooperação entre as famílias, princípios estes, como exposto, estruturantes da Agroecologia. Isso também foi destacado no caso tratado por Martins, Camargo e Silva (2022, p. 313): “em plena pandemia, abriram-se possibilidades de pensar ou mesmo desenvolver outras formas de educação escolar, além de estabelecer meios para se aproximar, mesmo de forma virtual, em tempos de distanciamento”.

Com o retorno das atividades presenciais também surge o desafio de fortalecer o trabalho e retomar as atividades anteriormente desenvolvidas. O relato a seguir, dado por um professor entrevistado, apresenta o diálogo com uma colega e algumas ideias dadas por ela para qualificar o espaço da escola:

compre uns vasos, uns vasos de flores, vamos pôr nesse saguão aqui, vamos deixar essa escola com mais cara de campo, mais viva, com presença, assim, de verde e daí fizemos isso. Os próprios alunos, eu quero que eles tenham orgulho da escola que eles frequentam ... uma escola bonita, uma escola que além de pensar essa parte pedagógica, que é o mais importante, que é o processo de ensino e aprendizagem, é ter um lugar gostoso na comunidade. (HFC, 2021)

Essa escola do campo capaz de ensinar os conhecimentos científicos, mas também de ser um espaço de vida e resistência está sendo construída nos diferentes territórios. Mesmo nas adversidades, há avanços que precisam ser reconhecidos. Como nos lembra Caldart (2016, p. 01) “precisamos valorizar a construção permanente de alternativas, necessariamente marcadas pela diversidade dos espaços e dos sujeitos, e pelos limites dos momentos históricos vividos, para garantir seu desenvolvimento mais acelerado quando condições adequadas existam”.

## **Considerações finais**

O avanço do capital no campo brasileiro conjuga diferentes estratégias de acumulação, potencializando a transformação dos meios de vida das famílias em mercadoria. Entretanto, continuamente, os povos do campo, das águas e das florestas exercitam a sua autonomia, dada pela relação intrínseca com a natureza e pela capacidade de produzir o próprio alimento, e criam os meios para permanecer em seus territórios de vida.

A escola do campo, enquanto parte da vida da comunidade, tem a tarefa histórica de questionar o modelo de produção hegemônico e seus impactos na vida da população que ela

atende. Para compreender essas relações entre o lugar e a totalidade da qual ele é parte é preciso considerar as relações cotidianas de produção da vida, na sua multidimensionalidade, e questionar os processos naturalizados pela ordem vigente.

Com base nos dados sistematizados, foi possível identificar, por meio desta pesquisa, ações que marcam a relação entre a Agroecologia e a escola nos territórios dos povos do campo, das águas e das florestas. Ações solidárias de produção e de distribuição de alimentos, desenvolvimento de práticas pedagógicas conectadas à vida dos sujeitos, valorização de diferentes saberes e o fortalecimento do vínculo escola-comunidade foram algumas marcas dos princípios da Agroecologia presentes no contexto escolar durante a pandemia.

Há uma potência significativa nas relações construídas entre as escolas e as comunidades que, quando bem conduzidas, mesmo em contextos adversos, favorecem o trabalho para a transformação social, como é o caso da Agroecologia. Exercitar, diuturnamente, ações de cooperação, de produção de alimentos saudáveis, de solidariedade, de valorização dos territórios e dos conhecimentos ali produzidos, coloca a escola do campo em sintonia com a construção de um novo projeto societário.

## Referências

Alentejano, P. R. R. (2020). Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. *Rev. Tamoios*, 16(1), 32-38. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50242>

Altieri, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 23ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Exp. Popular, AS-PTA.

Altieri, M. A., & Nicholls, C. I. (2021). Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 57, 245-257. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v57i0.78321>

Blum, W. E. H., Boltenstern, S. Z., & Keiblinger, K. M. (2019). Does soil contribute to the human gut microbiome? *Microorganisms*, 7(9), 1-16. <https://doi.org/10.3390%2Fmicroorganisms7090287>

Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 259-267). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Caldart, R. S. (2002). Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In Kolling, E. J., Cerioli, P. R., & Caldart, R. S. (Orgs.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas* (pp.18-25). Brasília, DF: Articulação Nacional por Uma Educação do Campo.



Caldart, R. S. (2016). *Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida*. Recuperado de [https://www5.unioeste.br/portaunioeste/arq/files/GEFHEMP/01\\_-\\_Escolas\\_do\\_Campo\\_e\\_Agroecologia.pdf](https://www5.unioeste.br/portaunioeste/arq/files/GEFHEMP/01_-_Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf)

Cardoso, I. M. (2023). *Produção de alimentos saudáveis em Minas*. Palestra preparatória para o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Viçosa (MG).

Dias, A. P., Stauffer, A. B., Moura, L. H. G., Vargas, M. C., Bahniuk, C., Guhur, D., & Fernandes, G. B. (2021). Introdução. In Dias, A. P., Stauffer, A. B., Moura, L. H. G., & Vargas. (Orgs.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Esteve, E. V. (2017). *O negócio da comida – quem controla a nossa alimentação?* 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

Foster, J. B. (2005). *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Foster, J. B. (2015). Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. *Lutas Sociais*, 19(35), 80-97.

Gliessman, S. R. (2005). *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Harvey, D. (2006). *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. 2 ed. São Paulo: Annablume.

Harvey, D. (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Jesus, E. L. (2005). Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In Aquino, A. M., & Assis, R. L. (Editores técnicos). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável* (pp. 21-48). Brasília: Embrapa.

Lima, A. M., Pereira, J. S., Araújo, S. N. R., Sousa, J. Y. B., Mello, D. S. C. R. F., Brito, K. S. A., & Silva, V. F. (2022). A horta escolar agroecológica como estratégia de enfrentamento à pandemia de Covid-19. *Research, Society and Development*, 11(15), 01-15. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37244>

Machado, L. C. P., & Machado-Filho, L. C. P. (2014). *Dialética da Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular.

Marques-Filho, L. C. (2018). *Capitalismo e colapso ambiental*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Martins, C. R. V., Camargo, A. Z., Silva, J. L. M. (2022). Agroecologia: uma proposta de trabalho coletivo em tempos de pandemia. *Divers@*, 15(1), 305-314. <http://dx.doi.org/10.5380/diver.v15i2.86960>

Martins, A. et. al. (2014). Seminário sobre o Ensino de Ciências da Natureza nas Escolas do Campo. In Caldart, R. S. et al. (Orgs.). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo* (pp. 73-112). São Paulo: Exp. Popular.

Marx, K., & Engels, F. (1998). *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes.

Marx, K. (2015). *O Capital [livro 1]: Crítica da Economia Política - O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Mitidiero Junior, M. A., & Goldfarb, Y. (2021). *O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil; ABRA.

Oliveira, A. U. (2015). A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. *Geosp – Espaço e Tempo*, 19(2), 229-245. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102776>

Oliveira, A. U. (2001). *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto.

Primavesi, A. M. (2016). *Manual do Solo Vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

Santos, M., & Glass, V. (Orgs.). (2018). *Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

VIGISAN. (2021). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf) . Acessado jan. 2024.

VIGISAN. (2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>> . Acessado jan. 2024.

Wallace, R. (2020). *Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Tradução de Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Elefante.

---

<sup>i</sup> A Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a COVID-19 como uma pandemia em março de 2020. O fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19 ocorreu apenas em maio de 2023. O ano de 2020, portanto, foi o período de maior desafio para o enfrentamento da situação pandêmica, inclusive no âmbito educacional.

<sup>ii</sup> Pesquisa intitulada “Educação e escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19” realizada por pesquisadoras e pesquisadores vinculadas/os a cinco grupos de pesquisa de diferentes instituições de ensino superior públicas (UFSC, UFFS-LS, Unicentro, UFPR/Setor Litoral, UFRB-CFP). A pesquisa integra as ações da Rede Latino-americana de Estudos e Pesquisas Marxistas em Educação do Campo.

<sup>iii</sup> Informações adicionais sobre a pesquisa e a metodologia que originaram este texto podem ser encontradas no artigo intitulado “Educação e escola em tempos da Covid-19: desafios na construção da Pesquisa em Rede”, no início do dossiê “Educação do Campo, das águas e das florestas em tempos de pandemia da Covid-19”.

<sup>iv</sup> Os/as professores/as entrevistados/as foram identificados apenas pelas iniciais dos seus nomes. Dessa forma, garante-se o anonimato dos/as participantes da pesquisa.

<sup>v</sup> “*No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2002, p.18).

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 19/01/2024  
Aprovado em: 29/05/2024  
Publicado em: 23/08/2024

Received on January 19th, 2024  
Accepted on May 29th, 2024  
Published on August, 23th, 2024

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

Não tem.

#### Funding

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e18520	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------

No funding.

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Carcaioli, G. F., Gaia, M. C. M., & Finatto, R. A. (2024). Apontamentos sobre a relação entre Agroecologia e escola do campo no contexto da pandemia de Covid-19. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18520.

ABNT

CARCAIOLI, G. F.; GAIA, M. C. M.; FINATTO, R. A. Apontamentos sobre a relação entre Agroecologia e escola do campo no contexto da pandemia de Covid-19. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e18520, 2024.